



**Relatório da  
Junta Consultiva do Setor Privado  
sobre a reunião de 28 de março de 2011**

1. A Junta Consultiva do Setor Privado<sup>1</sup>, presidida pelo Sr. Robert Nelson, da National Coffee Association of the USA, reuniu-se pela 32.<sup>a</sup> vez, em Londres, em 28 de março de 2011.

2. O Presidente externou a preocupação e o apoio da Junta à nação japonesa, através da All Japan Coffee Association. O Diretor-Executivo Interino se congratulou com a NCA pela reunião de seu 100.<sup>o</sup> aniversário, em março em Nova Orleans, de que ele participara, e disse que o evento fora muito bem organizado.

**Item 1: Adoção da ordem do dia**

3. A JCSP adotou o projeto de ordem do dia que figura no documento PSCB-125/11 Rev. 2.

**Item 2: Relatório sobre a reunião de 20 de setembro de 2010**

4. A JCSP aprovou o relatório sobre a reunião de 20 de setembro de 2010, que figura no documento PSCB-124/10.

**Item 3: Situação do mercado cafeeiro**

5. O Diretor-Executivo Interino apresentou a análise da situação do mercado que figura no Relatório sobre o Mercado Cafeeiro de fevereiro de 2011. Relatou que o mercado registrara novos aumentos em relação a seus níveis de janeiro de 2011 e que o preço

---

<sup>1</sup> Favor ver lista de acrônimos no final do documento.

indicativo composto da OIC agora era de 216,03 centavos de dólar dos EUA por libra-peso, o nível mais alto que se registrava desde junho de 1977. Outros fatores fundamentais do mercado permaneciam inalterados: havia disponibilidade limitada de café Arábica nos mercados internacionais; o consumo interno no Brasil estava forte; os níveis dos estoques mundiais eram os mais baixos que se registravam havia muitos anos; e altos níveis de produção no Brasil no ano-safra de 2010/11 não haviam afetado negativamente os preços.

6. Ele apresentou o documento de trabalho WP-Council 207/10, que contém, inter alia, a quarta estimativa oficial da safra brasileira de 2010/11; e o documento de trabalho WP-Council 209/11, que contém a primeira estimativa oficial da safra de 2011/12. Ele pediu a atenção da Junta para uma série de gráficos que ilustravam o vigor dos preços, em particular um gráfico que mostrava os preços em termos reais em vez de nominais, em contraste com o Índice dos Manufaturados da ONU<sup>2</sup> e o Índice de Preços ao Consumidor dos EUA: constatava-se que, em contexto, as altas de preços não estavam nos níveis historicamente altos em que pareciam estar, mas mais ou menos nos mesmos níveis de meados da década de 90. Outros gráficos mostravam a redução dos estoques, que constituía um fator significativo na alta de preços. No Brasil o consumo continuava a aumentar, e, embora em alguns mercados, como o Reino Unido e Itália, ele registrasse um ligeiro declínio, na maioria ele prosseguia vigoroso.

7. A Junta tomou nota destes relatórios.

#### **Item 4: Café e saúde**

8. O delegado da FEC relatou que, no tocante ao Programa “Positively Coffee”, pouco mudara desde setembro de 2010. O trabalho relativo ao site prosseguia. O objetivo, como ele recordou à Junta, era substituir o antigo site, que se tornara progressivamente supérfluo devido a exigências mais rigorosas da legislação de saúde da União Europeia. O novo site seria fundido com o do CoSIC, com lançamento previsto para abril de 2011. Passando ao Programa de Educação sobre o Café para Profissionais da Saúde, ele relatou que o trabalho prosseguiria, e que uma reunião ordinária das associações europeias do café se realizara em fevereiro de 2011, constituindo um exercício da maior utilidade. O Diretor-Executivo Interino informou à Junta que, tendo participado de uma reunião do FCPB em Lisboa em fevereiro, desejava registrar os agradecimentos da Associação Portuguesa do Café pelo trabalho deste Programa.

9. A Junta tomou nota destes relatórios.

---

<sup>2</sup> Índice da ONU de valores unitários das exportações de produtos manufaturados das economias de mercado desenvolvidas.

**Item 5: Programa de Melhoria da Qualidade do Café (PMQC)**

10. O Diretor-Executivo Interino apresentou o documento PM-4/11, que contém um relatório sobre o andamento da implementação do PMQC nos anos cafeeiros de 2005 a 2010: 28 países, responsáveis por cerca de 65% das exportações mundiais durante esses cinco anos, haviam implementado a Resolução 420; e os países que participavam do programa haviam em média exportado 56,6 milhões de sacas, de um total das exportações de café verde de 87,5 milhões de sacas.

11. Ele também apresentou o documento PM-3/11, que contém um relatório sobre as análises de classificação dos cafés Arábica e Robusta nos anos civis de 2005 a 2010. Os níveis de aprovação dos Arábicas foram constantes durante todo o período, alcançando uma média de 92%, mas na classificação da NYSE Euronext 63,2% dos Robustas foram considerados abaixo dos padrões da Resolução 420.

12. A Junta tomou nota destes relatórios.

**Item 6: Aspectos de segurança alimentar**

13. O Presidente deu as boas-vindas ao Assessor e o Diretor-Executivo da AJCA, que fizeram uma apresentação acerca de uma pesquisa sobre a contaminação por resíduos agroquímicos. O Assessor notou que o povo japonês estava muito preocupado com esta questão; o Governo do Japão havia emendado a Lei Sanitária de Alimentos e, em 2006, introduzido um sistema com uma lista positiva para medir os resíduos agroquímicos. O Governo decidira aplicar um padrão uniforme de 0,01 ppm como LMRs de agroquímicos. Em consequência, a AJCA decidira investigar a situação atual dos agroquímicos registrados e realmente usados nos 24 países produtores que cobriam 99% das importações de café do Japão. Quando se detectava um pesticida em nível acima do máximo, o Governo expedia uma Ordem de Inspeção Obrigatória, cobrindo todas as importações de café procedente do país em questão, que era inspecionado por oficiais do setor de quarentena. Ele relatou que, apesar dos esforços desses países, alguns pesticidas haviam sido detectados em níveis superiores aos LMRs permitidos, e que haviam sido expedidas Ordens referentes a um pequeno número de países produtores. Algumas dessas Ordens já haviam sido canceladas, mas Ordens ainda estavam vigentes nos casos da Etiópia e da Indonésia. Informações a respeito da pesquisa eram apresentadas em um CD-Rom distribuído durante a reunião, que continha a edição de 2009, baseada nos resultados efetivos da pesquisa de 2008.

A edição de 2010 estava sendo preparada no momento. O Assessor recomendava que os países produtores e consumidores compilhassem informações relativas a este problema, que continuava a ser uma das maiores preocupações da AJCA, para poder-se entender e controlar suas dimensões.

14. O delegado da FEC agradeceu à AJCA esta informação e confirmou que, com base na experiência da própria FEC, era difícil obter informações semelhantes. O Diretor-Executivo Interino pediu a atenção da Junta para o pedido acerca dos LMRs que ele fizera aos países no documento ED-2087/10: a Secretaria até então recebera respostas do Brasil, da Colômbia e do Equador. Notando que uma das tarefas de um funcionário recrutado recentemente seria acompanhar esta situação, ele indagou se podia aproveitar a presença da AJCA e perguntar qual era a opinião dela sobre as consequências do terremoto e do tsunami. O Assessor respondeu que era cedo demais para dizer, mas ele julgava que os problemas infraestruturais provavelmente seriam menores que, por exemplo, depois do terremoto de Kobe.

15. O Presidente pediu ao delegado da FEC que tecesse comentários sobre a OTA. O delegado observou que a FEC trabalhara muito para conseguir que limites não fossem impostos ao café verde. Isso, porém, não se passava com os produtos acabados, e a questão não iria desaparecer.

16. Passando à acrilamida, o delegado da FEC relatou que havia novas informações. O debate continuara na União Europeia. Ele recordou à Junta que a acrilamida se encontrava numa série extensa de produtos: tratava-se de um problema dos alimentos e não de um problema do café. Em 2007 a UE implementara um regime trienal de monitoramento, e ainda não se sabia quais eram os resultados de 2009. Em janeiro de 2011 a Comissão da UE recomendara uma solução de compromisso, mediante adoção de um valor indicativo de 450 mg por kg. Se fossem encontradas quantidades acima desse nível, as autoridades discutiriam a situação com os fabricantes de alimentos. Esse procedimento se aplicaria a todos os fabricantes de alimentos e não apenas de café. A discussão não era fácil porque, pois pouco se podia fazer no caso do café: podia-se alterar o tempo e a temperatura da torra, com efeitos adversos em termos de sabor e outros aspectos sensoriais, mas em essência pouco mais. A FEC continuava a conduzir pesquisas com órgãos acadêmicos e outros, e acompanharia de perto a situação.

17. Em resposta a uma pergunta sobre a importância dos LMRs, o delegado da FEC respondeu que os limites eram fixados em 90% dos valores de monitoramento: no caso do café solúvel, o valor fora fixado em 900 mg por kg e estava pouco acima do tolerável, enquanto que no caso do café torrado, ele fora fixado em 450 mg por kg e constituía

um desafio maior, particularmente quando se tratava de café de torra clara. O delegado da ASOEXPORT perguntou se tinha havido discussões sobre a rotulagem, e o delegado da FEC respondeu que na Europa não. Contudo, a FEC estava apreensiva com o que se passava na Califórnia com respeito à Proposição 65. Na Europa, o enfoque era colaborativo, e as autoridades reconheciam que este era um problema geral dos alimentos; todas as pesquisas disponíveis indicavam que o café não aumentava o risco de câncer, mas não se podia isolar os componentes, e diversos estudos prosseguiram.

18. O Presidente apresentou relatório sobre a situação na Califórnia. Fora muito difícil projetar uma transferência análoga da ênfase sobre o café para os alimentos em geral. Todos os litígios se concentravam na Califórnia, onde, numa ação judicial, os impetrantes afirmavam que os torrefadores haviam deixado de alertar os consumidores para o fato de que o café contém acrilamida, a qual, segundo aqueles, o Estado da Califórnia reconhece como carcinogênica. Numa segunda ação judicial, uma intimação fora entregue a vários torrefadores e ao comércio varejista, e a NCA estivera trabalhando com empresas do café para contestar a ação. A multa final poderia chegar a US\$2.500 por incidente, e um incidente podia ser definido como a venda de cada pacote de café desde 2002. A indústria de batatas fritas, que sofrera um processo semelhante, havia entrado num acordo, como também a de hambúrgueres. Dizia-se que uma cadeia nacional de hambúrgueres gastara muitas dezenas de milhões de dólares antes de um acordo. Havia uma corrente de opinião na Califórnia segundo a qual já havia tantos avisos de alerta nas paredes dos estabelecimentos varejistas, que mais um não faria diferença. No entanto, seria mais grave e significativamente mais caro se uma exigência desse tipo se estendesse às embalagens. No momento, a NCA estava preparando contestações.

19. Se os impetrantes obtivessem vitória num terceiro processo conhecido como Caso do Código Trabalhista, uma advertência mais ampla, indicando que o próprio café é considerado carcinogênico pelo Estado da Califórnia, provavelmente seria necessária. A NCA era uma das entidades que vinham financiando a contestação desta ação. Além disso, a NCA também era co-impetrante num quarto processo, em que se propugnava pela remoção da substância química 4-MEI da lista de substâncias consideradas carcinogênicas na Califórnia. A NCA julgava que a questão tinha a ver com a lei ambiental da Califórnia comumente conhecida como Proposição 65 e continuaria; que havia pouca possibilidade de uma mudança legislativa; e que a solução, no final, seria emendar a Proposição 65. Esta, porém, era uma proposta cara, pois uma pesquisa para verificar se uma emenda seria possível custaria em torno de US\$0,5 milhão, e a realização de uma campanha bem-sucedida poderia custar de US\$30 a 50 milhões.

20. O Diretor-Executivo Interino agradeceu ao Presidente suas valiosas informações e indagou se estas estavam disponíveis em uma apresentação. O Presidente disse que sim, no site da NCA, posteriormente confirmado como [http://www.ncausa.org/files/SAG\\_NCA\\_2011\\_FINAL\\_Presentation.pdf](http://www.ncausa.org/files/SAG_NCA_2011_FINAL_Presentation.pdf).

21. A Junta tomou nota destes relatórios.

**Item 7.1: Entrada em vigor**

e

**Item 7.2: Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro**

22. O Diretor-Executivo Interino relatou que o AIC de 2007 entrara em vigor, nos termos da Resolução 444, em 2 de fevereiro de 2011, e que muitos países haviam completado as formalidades para ingresso. Isso não ocorrera com o Convênio de 2001, e em consequência houvera problemas financeiros significativos para a Organização. Em termos de votos, quase 90% dos Membros exportadores haviam ratificado o Acordo.

23. O Presidente notou que a entrada em vigor significava que, inter alia, o Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro começaria a funcionar. Isso, na opinião dele, proporcionava uma oportunidade fora do comum, e ele tinha esperança de que o Fórum fosse desenvolvido da mesma forma que o JCSP, com uma mescla dos setores governamental e privado. Especialistas seriam convidados a fazer apresentações e participar de discussões de caráter informativo. O Presidente recorreria à Secretaria para divulgar informações. Ele recomendou que a Junta consultasse o documento PSCB-117/09 como catalisador e gerador de ideias. O delegado da SCAE estava de acordo: esta era uma oportunidade fenomenal, e a ideia de tomar a JCSP como modelo era excelente.

24. A Junta tomou nota destes relatórios.

**Item 8: Itens em exame contínuo**

25. O Diretor-Executivo Interino relatou que a ICGN fora objeto de extensas discussões na OIC e mencionou o documento ED-2105/10, em que ele solicitava aos Membros que, até 30 de abril de 2011, lhe enviassem informações acerca de dados e pesquisas sobre o genoma do café. Nenhuma resposta fora recebida até o momento, e ele instou as partes interessadas a responderem até o final do prazo. A questão continuaria a receber atenção em setembro de 2011, quando uma reunião seria realizada com a ICGN e os Membros

durante a sessão do Conselho, para analisar diferentes iniciativas que estivessem sendo implementadas, estabelecer prioridades para o futuro e explorar fontes potenciais de financiamento.

26. Nenhum outro ponto foi suscitado sob este item. A Junta tomou nota do relatório.

**Item 9: Representantes e detentores de cargos na JCSP**

27. O Presidente relatou propostas relativas à representação na JCSP nos próximos dois anos cafeeiros, 2011/12 e 2012/13, que seriam apreciadas pelo Conselho em setembro de 2011. A Secretaria emitiria um documento ED, convidando os Membros a consultar seus atuais representantes na JCSP para se certificar de que eles estariam dispostos a ser indicados por mais dois anos, ou a sugerir alternativas apropriadas. Ele pediu aos membros da JCSP que informassem a seus Governos se estavam dispostos a ser indicados outra vez, para poder-se distribuir antes das reuniões de setembro uma lista dos nomes apresentados. Ele também pediu a atenção para o fato de que no momento só havia representação de sete países consumidores na Junta. Ele pediu aos membros que consultassem seus Governos para que o Conselho pudesse designar outro representante para os próximos dois anos cafeeiros.

**Item 10: Outros assuntos**

28. O representante da SCAE observou que havia sete lugares vazios na reunião. Em sua opinião, seria necessário examinar mais imaginativamente a ordem do dia, concentrando-se em itens mais relevantes para os membros. Ele sugeriu pedir aos membros que fizessem uma apresentação sucinta sobre o que fosse relevante para eles, com a possibilidade de ir além de questões relativas ao café e explorar questões mais amplas relacionadas com a gestão das associações. Para ele, a ordem do dia estava muito estática: a Junta era uma instituição sui generis e deveria ser um fórum excelente para tratar de questões do momento. Ele sugeriu, além disso, que ela escolhesse um tópico antes da reunião seguinte e pedisse aos membros que fizessem apresentações sobre o mesmo.

29. O Presidente concordou com o delegado da SCAE: ele gostava da ideia de pedir aos membros que fizessem apresentações, talvez sobre as três questões mais importantes com que as respectivas associações estivessem se havendo. Ele pensava que também poderia ser útil organizar sessões de trabalho fora da própria reunião da JCSP. O delegado da SCAA julgava que a participação de alguns membros da JCSP nos Comitês da OIC poderia ter muito valor. O programa, contudo, realmente não incentivava isso. Ele aprovava as sugestões a respeito de novas ideias e da necessidade de rejuvenescimento.

30. O delegado da FEC disse que apoiava essa maneira de pensar, acrescentando que a Junta deveria se lembrar de seu propósito inicial, que era interagir com o Conselho com referência a itens da ordem do dia do Conselho. O Presidente da JCSP, na opinião do delegado da FEC, deveria ser envolvido no planejamento das reuniões. O delegado da ASOEXPORT concordava em que era importante voltar às razões que levaram à criação da JCSP, cujos problemas e questões eram diferentes, e sugeriu que especialistas fossem contatados com vistas à discussão de assuntos como diferenciais e preços. O delegado da AEKI também julgava este assunto importante, por estar-se no início de um novo Acordo. A Junta precisava de representação melhor e mais proativa; seus membros eram convidados a sugerir tópicos para cada reunião, mas raramente o faziam. Ele notou que a JCSP era um órgão consultivo, e que dentro do Conselho não se dava a ela suficiente atenção. Ele também julgava que a transferência da reunião de quarta para segunda-feira havia acompanhado um declínio do interesse e pediu que se continuasse a dar atenção a este aspecto. Ele recordou à Junta que na última reunião, com a presença de membros da LIFFE e da ICE, as discussões haviam sido animadas: ele havia esperado alguma reação dos membros, mas até agora não houvera reação. O delegado da SCAA disse que essa reunião fora a mais estimulante de que ele participara, e suscitou outro ponto importante: a questão do não-cumprimento de contratos. No momento a questão era da alçada dos produtores devido aos preços altos. No entanto, ela poderia igualmente aplicar-se aos consumidores. Ele sugeriu que se poderia convidar especialistas a fazerem apresentações sobre este assunto: ele não sabia se realmente existia um problema. Outros tópicos sugeridos pelos delegados foram: procedimentos de arbitragem; a situação mutável da sustentabilidade e a nova garantia da cadeia da oferta; o valor real das certificações e seu custo; as mudanças climáticas e a adaptação a elas na produção cafeeira; café rejeitado e a dinâmica da oferta e da demanda; as questões de gestão e o impacto das opções sobre a evolução dos preços. O Presidente sugeriu consultar os membros da JCSP que não haviam participado da reunião para perguntar-lhes se uma mudança de datas faria diferença.

31. O Diretor-Executivo Interino comentou que a troca de opiniões durante a reunião fora interessante e agradeceu o empenho dos membros da JCSP em relação a ela. Ele notou os comentários dos membros acerca do cronograma: as reuniões atuais, bem como as de setembro, eram particularmente importantes devido à criação dos Comitês e à eleição de um novo Diretor-Executivo. Ele assentiu em reconsiderar as datas de reunião da JCSP.

32. A Junta tomou nota destes relatórios.



**Item 11: Reuniões futuras**

33. A JCSP notou que sua próxima reunião se realizaria no período de 26 a 30 de setembro de 2011, e que a data seria confirmada pela Secretaria.

**Lista dos acrônimos usados neste relatório**

4-MEI	4-metilimidazol
AEKI	Associação dos Exportadores de Café da Indonésia
AIC	Acordo Internacional do Café
AJCA	All Japan Coffee Association
ASOEXPORT	Associação dos Exportadores de Café da Colômbia
CoSIC	Centro de Informação Científica sobre o Café
FCPB	Fundo Comum para os Produtos Básicos
FEC	Federação Europeia do Café
ICE	Bolsa Intercontinental
ICGN	Rede Mundial de Genômica do Café
JCSP	Junta Consultiva do Setor Privado
LMRs	Limite Máximo de Resíduos
NCA	National Coffee Association of the USA
OIC	Organização Internacional do Café
OTA	Ocratoxina A
PMQC	Programa de Melhoria da Qualidade do Café
SCAA	Specialty Coffee Association of America
SCAE	Speciality Coffee Association of Europe
UE	União Europeia